



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020/TJPA
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020/TJPA**

Aos 03 dias do mês de novembro de 2020, o Estado do Pará, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade nº. 8293120 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 141.758.512-91, designado pela Portaria nº. PORTARIA Nº 574/2017-GP de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário de Justiça do dia 02 fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); pelo Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas na Concorrência nº. 001/TJPA/2020 (processo nº PA-PRO-2019/03440), para o Registro de Preços nº 028/TJPA/2020, conforme homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 28 de outubro de 2020, registram-se os preços oferecidos pela empresa **EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.301.115/0001-00, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, à Rua Dr. Jarbas Vidal Gomes, nº 30, Conj. 410, Tel: (31) 3484-3443/99173-8341, E-mail: fabricio.lima@eficaciaprojetos.com.br; CEP: 31.170-070, doravante denominada EMPRESA, neste ato representada por **FABRÍCIO SILVA LIMA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.480.086-44, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente termo tem por objeto a **ELABORAÇÃO DE PROJETOS de ARQUITETURA E COMPLEMENTARES** para as obras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS – Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, com início em 03 de novembro de 2020 e término em 03 de novembro de 2021, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a adquirir o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo-lhe, entretanto, assegurada a preferência de contratação em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de prestar o serviço objeto da presente ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS – Os preços ofertados pela EMPRESA constam de sua proposta, parte integrante desta ata, com valor total de R\$ 1.808.022,03 (Hum Milhão, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e três centavos).

		UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO TOTAL (R\$)
A	PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AFINS				
1	MOBILIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS, em Km (rodoviário)	km	3.081,60	2,08	8.628,48
2	MOBILIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS, em Milhas (hidroviário)	milhas	1.027,20	3,3	3.389,76
3	LEV. TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL DE TERRENO	m²	9.577,13	1,5	14.365,70
4	LEVANTAMENTO CADASTRAL DAS EDIFICAÇÕES	m²	6.000,00	3,8	22.800,00
5	INVENTÁRIO FLORESTAL E LEVANTAMENTO FLORÍSTICO	m²	5.679,00	2	11.358,00
6	PROJETO ARQUITETÔNICO - ESTUDO PRELIMINAR	m²	8.008,26	5,8	46.447,91
7	PROJETO ARQUITETÔNICO - ANTEPROJETO E PROJETO LEGAL	m²	8.008,26	10	80.082,60
8	PROJETO ARQUITETÔNICO - PROJETO EXECUTIVO	m²	8.008,26	17,5	140.144,55
9	PROJETO DE URBANIZAÇÃO	m²	11.397,22	4	45.588,88
10	PROJETO DE PAISAGISMO	m²	3.799,07	2,5	9.497,68
11	PROJETO DE COMUNICAÇÃO VISUAL	m²	11.855,74	2	23.711,48
12	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES E MOBILIÁRIOS	m²	3.951,91	4,5	17.783,60
13	PROJETO DE ACÚSTICA	m²	800,83	4,5	3.603,74
14	PROJETO DE ACESSIBILIDADE	m²	1.200,00	2,5	3.000,00
15	PLANEJAMENTO DE OBRA E ORÇAMENTO GERAL PARA ÁREAS EDIFICADAS	m²	8.008,26	2,5	20.020,65
16	PLANEJAMENTO DE OBRA E ORÇAMENTO GERAL PARA ÁREAS URBANIZADAS	m²	11.397,22	1,8	20.515,00
B	PROJETOS AMBIENTAIS E AFINS				
17	OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS	UN	8,00	16000	128.000,00
18	LICENÇA AMBIENTAL - ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA	m²	34.507,20	4	138.028,80
19	LICENÇA AMBIENTAL - AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL E RESGATE DE FAUNA	m²	15.262,75	3	45.788,25
20	ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV / RIMA	m²	34.507,20	5	172.536,00
C	PROJETO DE FUNDAÇÃO, ESTRUTURAL E AFINS				
21	MOBILIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS, em Km (rodoviário)	km	4.660,80	2,8	13.050,24
22	MOBILIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS, em Milhas (hidroviário)	milhas	1.553,60	3,3	5.126,88
23	SONDAGEM (FUROS)	UN	40,00	919,02	36.760,80
24	LAUDO DE ANÁLISE SITUACIONAL DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	6.000,00	3,66	21.960,00
25	PROJETO DE FUNDAÇÃO	m²	8.008,26	5,67	45.406,83
26	PROJETO ESTRUTURAL DE SUPERESTRUTURA (LAJES, VIGAS E PILARES)	m²	8.008,26	10,33	82.725,33
27	PROJETO ESTRUTURAL DE COBERTURA	m²	8.008,26	7,93	63.505,50
28	PROJETO DE FUNDAÇÃO E ESTRUTURA PARA MURO	m	4.200,00	4,28	17.976,00
D	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, ELETRÔNICAS E AFINS				
29	LEVANTAMENTO CADASTRAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, ELETRÔNICAS E AFINS	m²	6.000,00	2,5	15.000,00

[Handwritten signatures and initials]

Handwritten signatures and initials at the top left of the page.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS – Os preços registrados poderão ser revisados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do fornecimento/prestação ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto à EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de entrega dos bens/materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)
30	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / PROJETO LUMINOTÉCNICO E SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) PARA ÁREAS EDIFICADAS	m²	8.008,26	5	40.041,30
31	PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA ÁREAS URBANIZADAS	m²	11.397,22	3,8	43.309,44
32	ESTUDO DE VIABILIDADE PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS	m²	8.008,26	3	24.024,78
33	PROJETO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS	m²	8.008,26	5	40.041,30
34	PROJETO DE TELECOMUNICAÇÕES (VOZ E DADOS)	m²	8.008,26	3	24.024,78
35	PROJETO DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO PREDIAL E SEGURANÇA	m²	8.008,26	3	24.024,78
E	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, EXAUSTÃO E AFINIS				
36	LEVANTAMENTO CADASTRAL DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, EXAUSTÃO E AFINIS	m²	6.000,00	2	12.000,00
37	SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO ISOLADA (ACJ E/OU SPLITS)	m²	8.008,26	4,4	35.236,34
38	SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DE GRANDE PORTE (VRV, CHILLER, ETC)	m²	8.008,26	5	40.041,30
39	SISTEMAS DE EXAUSTÃO E TROCA DE CALOR	m²	8.008,26	3,8	30.431,39
F	PROJ. HIDROSSANITÁRIO, COMB. INCÊNDIO, DRENAGEM E AFINIS				
40	LEVANTAMENTO CADASTRAL DAS INST. HIDROSSANITÁRIAS, DE COMBATE À INCÊNDIO, DRENAGEM E AFINIS	m²	30.000,00	2	60.000,00
41	PROJETO HIDROSSANITÁRIO (COM APROV. DOS RECURSOS HÍDRICOS)	m²	8.008,26	3,5	28.028,91
42	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO	m²	30.000,00	2,7	81.000,00
43	PROJETO DE DRENAGEM	m²	34.507,54	2	69.015,08

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de solicitação de revisão de preços a requerimento da empresa, esta deverá efetuar a mesma em momento anterior ao pedido de entrega/prestação efetuado pelo TJPA, e dentro do prazo de validade da ata.

PARÁGRAFO SEXTO – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO OITAVO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou





II – a pedido da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO – Os pagamentos serão efetuados mediante autorização formal da Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJPA, após a aprovação pela fiscalização de cada Etapa prevista, em até 30 (trinta) dias, a contar da data do atesto na nota fiscal, a serem depositados na conta da empresa, Banco SICOOB ENGECCRED, Agência: 3299, Conta Corrente: 17.136-0.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A nota fiscal deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato do pagamento será verificado se a CONTRATADA possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como, a rescisão contratual.

4







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO QUARTO – Os pagamentos ocorrerão após a aprovação pela fiscalização de cada ETAPA prevista no projeto ou serviço contratado, através da emissão do devido RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.

PARÁGRAFO QUINTO – O Cronograma de pagamentos está definido por etapas conforme a seguir:

PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS				
PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AFINS				
Item	Etapa 01	Etapa 02	Etapa 03	Etapa 04
	Levantamentos // Estudo Preliminar	Anteprojetos	Projeto Básico	Projetos Executivos
01	100%	-	-	-
02	100%	-	-	-
03	100%	-	-	-
04	100%	-	-	-
05	100%	-	-	-
06	100%	-	-	-
07	-	40%	60%	-
08	-	-	-	100%
09	-	30%	30%	40%
10	-	30%	30%	40%
11	-	30%	30%	40%
12	-	30%	30%	40%
13	-	30%	30%	40%
14	-	30%	30%	40%
15	-	-	30%	70%
16	-	-	30%	70%
PROJETOS AMBIENTAIS E AFINS				
17	-	-	30%	70%
18	-	-	30%	70%
19	-	-	30%	70%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

20	-	-	30%	70%
PROJETO DE FUNDAÇÃO, ESTRUTURA E AFINS				
21	100%	-	-	-
22	100%	-	-	-
23	100%	-	-	-
24	100%	-	-	-
25	-	-	40%	60%
26	-	30%	30%	40%
27	-	-	40%	60%
28	-	-	40%	60%
PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, ELETRÔNICAS E AFINS				
29	100%	-	-	-
30	-	-	40%	60%
31	-	-	40%	60%
32	100%	-	-	-
33	-	-	40%	60%
34	-	-	40%	60%
35	-	-	40%	60%
PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, EXAUSTÃO E AFINS				
36	100%	-	-	-
37	-	-	40%	60%
38	-	-	40%	60%
39	-	-	40%	60%
PROJETO HIDROSSANITÁRIO, COMBATE A INCÊNDIO, DRENAGEM E AFINS				
40	100%	-	-	-
41	-	-	40%	60%
42	-	-	40%	60%

Handwritten signatures and initials:
Lina
RM
FM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

43	-	-	40%	60%
----	---	---	-----	-----

PARÁGRAFO SEXTO – Para as contratações isoladas tipo 02 o pagamento ocorrerá em parcela única após o RECEBIMENTO DEFINITIVO pela fiscalização do TJPA.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

- a) Prestar os serviços em estrita observância das especificações, no prazo e local indicado no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) Responsabilizar-se por falhas ou danos decorrentes da prestação do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências do TJPA, inerentes ao objeto do presente processo;
- d) Atender aos telefonemas informados na proposta, no horário de 08 a 16h, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 02 (dois) dias consecutivos o fiscal poderá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;
- e) Comunicar ao TJPA, no prazo de 48 horas que antecedem a data da execução do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam na entrega do objeto/prestação do serviço.
- g) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados, durante a prestação do serviço.
- h) Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação do serviço;
- i) Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do instrumento, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
- j) Garantir que seus empregados ou prepostos portem crachá de identificação contendo foto, nome completo e o nome da contratada.
- k) É expressamente vedada à CONTRATADA:

Viana ⁷

Zu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

- l) 1.1) Contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da contratante, durante a execução dos serviços, bem como de mão-de-obra não qualificada/capacitada que comprometa a execução integral dos serviços, dentro do prazo pactuado, com qualidade que os serviços exigem (no caso de contratação de serviços).
- m) 1.2) A veiculação de publicidade acerca do instrumento obrigacional, salvo se houver prévia autorização da Presidência do TJPA;
- n) caucionar ou utilizar o instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia anuência do TJPA, sob pena de rescisão e penalidades cabíveis.
- o) Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência, que é parte integrante desta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA – São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

- a) Aceitar o produto/serviço que atenda aos requisitos constantes deste Termo de Referência;
- b) Permitir acesso dos representantes e empregados da contratada às suas dependências para a entrega do material;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido/da prestação do serviço com as especificações constantes deste Termo e da proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento;
- e) Efetuar o pagamento devido em virtude do recebimento dos bens/prestação de serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do termo de referência e mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhadas das documentações exigidas;
- f) Aceitar o produto/serviço que atenda aos requisitos constantes deste Termo de Referência
- g) Notificar a Empresa, por escrito, sobre imperfeições ou falhas no material entregue/serviço prestado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- h) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada;
- i) Verificar e cobrar a regularidade da contratada, perante o FGTS e em face das contribuições administradas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS), e dívidas trabalhistas (CNDT) antes de cada pagamento.
- j) Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

Assinatura
Rm



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO – O acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade dos servidores listados no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades no fornecimento, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES – Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993, e no caso de atraso injustificado, de inexecução total ou parcial ou de execução em desacordo com as especificações contidas no Projeto básico (Termo de Referência/Caderno de Especificações), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de cada Etapa de execução, conforme subitens 3.1.2.1 e 3.1.2.2 do termo de referência, calculado sobre o valor da etapa correspondente, até o limite de 39,60% (trinta e nove inteiros e seis décimos por cento) que corresponde a até 60 (sessenta) dias de atraso;
- c) Após o 60º dia de atraso no prazo previsto em qualquer uma das etapas de execução, conforme subitens 3.1.2.1 e 3.1.2.2 do termo de referência, sem justificativa aceita pela Administração, o instrumento contratual poderá ser considerado como inexecutado, podendo ser aplicada multa de até 20% sobre a parte inadimplente, bem como o cancelamento da nota de empenho, da ata de registro de preços ou rescisão de eventual contrato;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata/contrato, retirar nota de empenho e ou receber a ordem de serviço, dentro do prazo estabelecido pela Administração, o que caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, calculado sobre o valor total da Ordem de Serviço.
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução em desacordo com as especificações contidas nos Projetos, Termo de Referência e Planilha, atrasos, inexecução ou falhas na execução de que resulte prejuízo para o serviço ou para o Tribunal.
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, na hipótese em que a conduta da empresa quando da execução dos serviços objeto desta licitação associa-se à prática de ilícito penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a licitante vencedora não cumpra as obrigações descritas no Termo de Referência, é facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO SEGUNDO – As licitantes subsequentes que, na hipótese de aceitarem as condições previstas no presente edital e anexos e, posteriormente, recusarem-se a executar os serviços, ficarão também sujeitas às sanções referidas neste item.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à licitante contratada o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

- a) pagamento espontâneo, por meio de Guia de Devoluções e Ressarcimentos – GDR que deverá ser emitida pela própria contratada no site do Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação;
- b) dedução dos pagamentos devidos pela Administração;
- c) cobrado judicialmente, após inscrição em Dívida Ativa.

PARÁGRAFO QUARTO – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ou no primeiro dia útil seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – O Tribunal de Justiça do Estado do Pará poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

- a) Para fins de aplicação deste item, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.
- b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.
- c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da licitante contratada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.
- d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

PARÁGRAFO OITAVO – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO NONO – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) o fundamento legal da sanção aplicada;
- d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

PARÁGRAFO DÉCIMO – As sanções serão aplicadas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à vista dos motivos informados na instrução processual.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É facultado à licitante contratada interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e suspensão temporária no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – As penalidades previstas neste item serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – As sanções previstas nas alíneas a, b, c e d do subitem 18.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES – Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante a solicitação de adesão através do sistema Comprasnet – SIASGNET.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para realizar a solicitação, o usuário deverá informar o código da UASG 925942 e preencher os campos do sistema, que é autoexplicativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

11
RM
FM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO TERCEIRO – As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

PARÁGRAFO QUARTO – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

PARÁGRAFO SEXTO – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

PARÁGRAFO OITAVO – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO – O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pelo setor do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Integram esta ata: o Edital da Concorrência nº 00x/TJPA/2020, o Termo de Referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para assinatura desta ata será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento oficial de convocação.


PARÁGRAFO QUINTO – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 5.132/2013 do Gabinete da Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO SEXTO – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

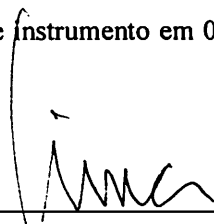
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, 03 de novembro de 2020.

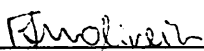


Francisco de Oliveira Campos Filho
Secretário de Administração



Fabrício Silva Lima
Representante da Empresa

Testemunhas:



Nome - CPF/MF **FÁBIO JOSÉ YTACIEL DE OLIVEIRA - 050 587 096-73**



Nome - CPF/MF **RODOLFO MEZÊNCIO GODINHO - 087.234.086-42**

FÉRIAS**PORTARIA Nº 236/2020-SEEL, 05 DE NOVEMBRO DE 2020.**

I - CONCEDER, à servidora LETÍCIA NUNES DE CARVALHO, matrícula nº 5934433/2, ocupante do cargo de Assessor, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período 16/12 a 31/12/2020, referente ao exercício 2019/2020, interrompidas conforme PORTARIA Nº 069/2020, de 06/03/2020 publicada no DOE Nº 34.140 de 12/03/2020.
Ordenador: Arlindo Penha da Silva.

Protocolo: 597904

DEFENSORIA PÚBLICA**PORTARIA****PORTARIA Nº. 288/2020-GAB/DPG, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020.**

A Defensoria Pública-Geral do Estado, em exercício, no uso das atribuições do art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006 e com fulcro na Instrução Normativa Nº 04, de 27 de agosto de 2020; RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Defensor Público ARNOLDO PERES JUNIOR, ID. funcional nº 57175577, referente ao P.A. 2018/2019, para gozo no período 11/01/2021 a 10/02/2021.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Defensoria Pública-Geral do Estado do Pará, em exercício.

Protocolo: 598209

OUTRAS MATÉRIAS**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020***

Dispõe sobre os procedimentos para a seleção, inscrição e desenvolvimento do serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará. O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, I, IV, da Lei Complementar nº 54, de 07 de fevereiro de 2006, combinado com a Resolução CSDP n. 249 de 03/08/2020; RESOLVE:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Instrução normativa dispõe sobre os procedimentos para a seleção, inscrição e desenvolvimento do serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará.

**CAPÍTULO II
DO CADASTRO**

Art. 2º O interessado em realizar serviço voluntário, no âmbito da Defensoria Pública, deverá preencher a ficha de cadastro, disponibilizada no site da Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA e juntar os documentos pessoais - RG, CPF, título de eleitor, certificado de reservista (caso se enquadrar), diploma (caso se enquadrar), currículo, certidão de antecedentes criminais e comprovante de residência.

Art. 3º O início da prestação de serviço voluntário será precedida da celebração de termo de adesão.

Parágrafo único. O termo de adesão só poderá ser formalizado após a verificação da identificação civil do prestador de serviço voluntário e a apresentação de auto declaração de capacidade física e de ausência de conflito de interesses para a realização das atividades a serem desenvolvidas.

CAPÍTULO III**DA HABILITAÇÃO E DA ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO**

Art. 4º O interessado no serviço voluntário apresentará a ficha de cadastro, bem como a documentação solicitada junto à Gerência de Gestão de Pessoas - GGP para a verificação do serviço a ser desenvolvido.

§ 1º A Gerência de Gestão de Pessoas - GGP encaminhará o interessado no serviço voluntário à unidade administrativa a qual a atividade se adequa, para realização de entrevista com o Coordenador.

§ 2º Após análise e aceite do Coordenador, o interessado no serviço voluntário assinará o termo de adesão que deverá ser imediatamente encaminhado à Gerência de Gestão de Pessoas - GGP.

§ 3º A Gerência de Gestão de Pessoas - GGP deverá reunir ficha de inscrição, documentos apresentados, declarações e termo de adesão assinada, e encaminhar à Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA.

Art. 5º O cadastro, seleção e entrevista dos prestadores de serviços voluntários nas unidades administrativas vinculadas à Diretoria de Interior poderão ser realizados de forma descentralizada. Após a conclusão dos atos anteriormente indicados, as unidades administrativas deverão encaminhar toda a documentação pertinente ao serviço voluntário à Escola Superior da Defensoria Pública para homologação e acompanhamento.

CAPÍTULO IV**DA AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO**

Art. 6º O Coordenador da unidade administrativa que receber o prestador voluntário ficará responsável por emitir, semestralmente, a avaliação do serviço e remeterá à Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA.

Parágrafo único: O Coordenador da unidade administrativa é o responsável pela avaliação, orientação e supervisão do prestador voluntário e deverá informar à Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA sobre a frequência e quaisquer ocorrências durante o serviço.

CAPÍTULO V**DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO**

Art. 7º O termo de adesão terá duração de até 1 (um) ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, após aceite das partes.

Art. 8º A periodicidade e os horários da prestação do serviço voluntário deverão ser ajustados entre órgãos da Defensoria Pública e o voluntário. Parágrafo único. No termo de adesão deverá constar o local, o prazo, a periodicidade e a duração do serviço voluntário.

CAPÍTULO VI**DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

Art. 9º Caberá à Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA a coordenação e acompanhamento do Programa de serviço voluntário, consolidando todos os dados, bem como expedindo relatório geral das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO VII**DO CERTIFICADO**

Art. 10. Caberá à Escola Superior da Defensoria Pública - ESDPA emitir certificado de prestação de serviços voluntários na Instituição, indicando o período, quantidade de horas prestadas, bem como o local de execução de suas atividades.

CAPÍTULO VIII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Defensor Público-Geral.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

* Republicada em virtude de incorreção no ato publicado no DOE nº 34.395, em 05/11/2020.

Protocolo: 598078

JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ****CONTRATO****extrato do contrato nº 36.2020/TJPA//**

Objeto: O objeto do presente pregão eletrônico é a contratação de serviços de substituição da cobertura e impermeabilização de calhas na Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. //Empresa: EDMUNDO DOS SANTOS CUNHA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 31.319.983/0001-57, com endereço na Av. 2000, n: 16ª, Bairro: Belo Horizonte, números de telefone: 019 993287518, E-mail: serrano.construcoes@outlook.com//Dotação Orçamentária: Programas de Trabalho: 02.061.1417.8644 Natureza da Despesa: 33.90.39 Fonte de Recursos: 0118. // valor: O valor global do presente contrato referente ao objeto licitado é de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais) durante o período de 12 (doze) meses. Data da assinatura: 29/10/2020// Vigência: início em 29 de outubro de 2020 e término em 29 de outubro de 2021 //Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho - Secretário de Administração //Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo.

Protocolo: 597807

OUTRAS MATÉRIAS**Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 028/2020/TJPA -
Concorrência nº 001/2020/TJPA//**

Objeto: O presente termo tem por objeto a ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES para as obras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital. //Empresa: EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.301.115/0001-00, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, à Rua Dr. Jarbas Vidal Gomes, nº 30, Conj. 410, Tel: (31) 3484-3443/99173-8341, E-mail: fabricio.lima@eficacia-projetos.com.br; CEP: 31.170-070. // Vigência: início em 03/11/2020 e término em 03/11/2021// Dotação Orçamentária: 02.061.1417.8644, 02.061.1417.8645 e 02.061.1417.8646; Fonte: 0101/0118 e Elemento de Despesa: 33.90.39// Data da assinatura: 03/11/2020// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho - Secretário de Administração do TJPA //Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo - Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Protocolo: 596351